



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 26 de novembro de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,07% São Paulo	128.197	R\$ 5,805 (- 0,15%)	R\$ 1.412	R\$ 6,099	11,15%	11,49%	Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53
0,99% Nova York	19/11 21/11 22/11 25/11	19/novembro 5,767 21/novembro 5,767 22/novembro 5,811 25/novembro 5,814					

AJUSTE FISCAL

Depois da derradeira reunião com o presidente Lula, Haddad disse não saber quando serão anunciadas as mudanças para reduzir o gasto público. O argumento é de que o governo deseja apresentá-las aos presidentes da Câmara e do Senado

Lira e Pacheco ainda verão as medidas

» RAPHAEL PATI

O pacote que prevê o corte de gastos da União no Orçamento, aguardado há mais de um mês pelo mercado, agora depende apenas dos últimos ajustes com os presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou quase o dia todo em reuniões com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e representantes de outras pastas que integram a Esplanada, para definir os últimos ajustes em relação aos textos que serão enviados ao Congresso Nacional.

Ao deixar a reunião, Haddad preferiu não adiantar valores e não confirmou se o anúncio da proposta de emenda à Constituição e do projeto de lei complementar que prevê as medidas de contenção de gastos será realizado ainda hoje, como havia mencionado na semana passada. “Está dependendo agora do Palácio (do Planalto) entrar em contato com Senado e Câmara. Tem que ver se os presidentes estão disponíveis, mas nós já estamos preparados, já está tudo redigido. Agora, o dia e a hora vão depender mais do Congresso do que de nós”, disse o ministro, em conversa com jornalistas na sede da Fazenda, após a última reunião com Lula, na tarde de ontem.

Haddad confirmou que, até o fim desta semana, as medidas já estarão na mesa dos congressistas para serem discutidas até o fim do recesso parlamentar, que começa em 23 de dezembro. O ministro ressaltou que acredita ser possível aprovar o pacote ainda este ano. “Fechamos o entendimento dentro do governo, o presidente já decidiu as últimas pendências, devemos falar com os presidentes das casas como já tinha anunciado”, reforçou Haddad.

Além do ministro da Fazenda, participaram das reuniões com Lula os representantes da Junta de Execução Orçamentária (JEO), como o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. Durante a tarde, o presidente recebeu, no Palácio do Planalto, representantes de outras pastas, como Saúde, Educação e Defesa. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ficou fora das reuniões devido ao lançamento de um livro autoral, em São

Raphael Pati/CB/D.A Press



Após reuniões ao longo do dia, Haddad informou que medidas estão prontas e, até o fim desta semana, estarão no Congresso

Paulo, e foi representada pelo secretário executivo, Gustavo Guimarães.

Uma das propostas colocadas à mesa na discussão sobre o corte orçamentário se refere às aposentadorias de militares. Em nota obtida pelo **Correio**, a Marinha do Brasil adiantou que foram citadas quatro medidas de contenção de gastos nas Forças Armadas durante as reuniões, que devem ser apresentadas no texto final do PLP. Uma das proposições trata sobre o fim da chamada “morte ficta” — quando um militar é considerado morto para fins jurídicos — e extingue o direito à pensão para beneficiários declarados deste integrante.

Além disso, o texto também prevê outras medidas, como a elevação gradual da alíquota de contribuição para os Fundos de Saúde, de 1,8% para 3,5%, em 2026, e a extinção da possibilidade de reversão da pensão instituída para o cônjuge ou filhos — considerados beneficiários de primeira ordem —, após o falecimento desses, em favor de beneficiários da segunda ou da terceira ordem, como mãe, pai ou irmãos órfãos. A

Marinha também cita o estabelecimento de idade mínima de 55 anos para a transferência para a reserva remunerada a pedido, no qual as forças armadas não estão sujeitas atualmente.

Bloqueio

Na última sexta-feira, o governo anunciou bloqueio adicional de R\$ 6 bilhões no Orçamento de 2024. Com isso, o valor total bloqueado no ano passou de R\$ 13,3 bilhões para R\$ 19,3 bilhões.

Ontem, o Ministério do Planejamento e Orçamento divulgou, em coletiva realizada na sede da pasta, o o detalhamento do 5º relatório de avaliação de receitas e despesas do governo durante o período.

Apesar de não tratar sobre as medidas em discussão com Lula, que ainda vai ser anunciado, o secretário substituído de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Clayton Luiz Montes, destacou que o governo espera uma economia de R\$ 25,9 bilhões no projeto do Orçamento do próximo ano, que ainda

tramita no Congresso Nacional. “Acreditamos que esse valor vai ser realmente alcançado e superado, haja vista as medidas robustas que estão sendo discutidas e vão ser anunciadas”, disse o secretário.

Na mesma coletiva, o MPO informou que o governo decidiu incluir a Lei Aldir Blanc, de incentivo à cultura regional, na agenda de revisão de gastos. De acordo com a pasta, havia uma expectativa de que R\$ 3 bilhões fossem repassados este ano, mas, com a assinatura de uma Medida Provisória na última semana, o governo optou por cortar R\$ 1,3 bilhão em recursos previstos nesta lei para o orçamento de 2024.

Segundo Montes, o objetivo com o corte foi a correção das contas públicas para garantir a “melhoria da qualidade do gasto público”. “A medida provisória da Aldir Blanc vem para corrigir no sentido da melhoria da qualidade do gasto público. Vemos que recursos da lei já haviam sido entregues aos entes, que tiveram dificuldade na execução dos recursos entregues em 2023”, disse o secretário.

Focus melhora a projeção de IPCA

» RAFAELA GONÇALVES

Economistas do mercado financeiro reduziram suas projeções para inflação neste ano, após sete semanas consecutivas de altas. Segundo os dados do Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,64% para 4,63%, mas as projeções para o próximo ano acendem o sinal de alerta.

A previsão para a inflação de 2025 subiu de 4,12% para 4,34%. Já a projeção para 2026 passou de 3,70% para 3,78%, enquanto para 2027 foi de 3,50% para 3,51%.

O CEO da gestora Multiplike, Volnei Eyng, aponta que dados destacam um cenário econômico desafiador. “A leve queda no IPCA para 2024 perde relevância frente à alta significativa na projeção de 2025. Isso mostra um descontrole maior nas expectativas de médio prazo, o que pode pressionar a política monetária”, destaca.

Câmbio x juros

Outro destaque do Focus foi a estimativa do dólar para o fim deste ano, que passou de R\$ 5,60 para R\$ 5,70. A mediana das projeções para a moeda norte-americana em 2025 também subiu de R\$ 5,50 para R\$ 5,55. Para 2026, a estimativa passou de R\$ 5,47 para R\$ 5,50, enquanto a projeção para 2027 subiu de R\$ 5,45 para R\$ 5,50.

A projeção para a taxa básica de juros da economia (Selic) permaneceu estável neste ano, ficando em 11,75% para 2024. No entanto, a estimativa para 2025 passou de 12% para 12,25%, enquanto a projeção para 2026 ficou estável, em 10%, e a de 2027 subiu de 9,25% para 9,50%.

A mediana das projeções para o produto interno bruto (PIB) em 2024 também subiu de 3,10% para 3,17%. A previsão para 2025, por sua vez, subiu de 1,94% para 1,95%. A estimativa para 2026 continua nos mesmos 2,0%.



RAUL VELOSO

ENTRE 2006 E 2021, OS GASTOS PREVIDENCIÁRIOS PÚBLICOS DISPARARAM À TAXA MÉDIA ANUAL REAL DE 12,5% NOS REGIMES PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS; 5,9% NOS DOS ESTADOS; 5,1% NO DO RGPS/INSS; E 3,1% NO REGIME DA UNIÃO. OU SEJA, AÍ ESTÁ O GRANDE VILÃO: GASTO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO EXCESSIVO

Para entender (e tentar reconstruir) a recente desabada (I)

Se dermos uma olhada mais profunda na evolução de determinadas variáveis macroeconômicas críticas, de 1980 para cá (ou seja, ao longo de mais de quatro décadas), chama a atenção de qualquer observador mais atento um primeiro fato super-relevante (o arquivo em “ppt” respectivo poderá ser obtido via mensagem ao endereço de e-mail raulveloso45@gmail.com). Trata-se da desabada sistemática da taxa de crescimento do PIB desde 1980 (quando se situava em torno de 8,8% a.a.) até 2023 (0,9% a.a.), ou seja, ao longo de não menos que 43 anos, por meio de uma série de tempo com valores calculados ano a ano, em termos de médias móveis para os últimos 12 anos nesse mesmo período, mas mês a mês.

Por que isso? Essa era uma pergunta que sempre alimentava minhas discussões com o meu ilustre irmão e ex-ministro do planejamento em vários mandatos, João Paulo dos Reis Velloso, que estamos homenageando em dois eventos do Fórum Nacional, cuja direção dele herdei, um deles realizado ontem, de forma virtual, juntamente com ex-colegas de trabalho e companheiros de debate nesse mesmo fórum, e de cuja presidência, aliás, sou o herdeiro desde o seu falecimento há cerca de cinco anos. (Peço conferir a gravação no canal “Fórum Nacional — Inae” do YouTube).

Com prazo tão extenso, a variável que melhor se apresenta para explicar essa evolução é o investimento público em infraestrutura que, mais ou menos nesse mesmo período, desa-

bou também drasticamente, nesse caso, de 5,1% para 0,6% do PIB. Como é bem sabido, um caminho óbvio e ao alcance dos dirigentes públicos para fazer o PIB crescer, é tentar investir mais no próprio setor básico que administram, ou seja, em infraestrutura. Quanto ao setor privado, como pude verificar pelo menos para o subperíodo 2010-2022, a taxa de investimento respectiva desabou de 1,4% para 0,6% do PIB, uma queda de mais de 50%. Ou seja, um se mostra complementar ao outro, e não substituído.

O passo seguinte foi mostrar que, entre 2006 e 2021 (e, portanto, mais recentemente), para subperíodos variando um pouco conforme o caso, os gastos previdenciários públicos dispararam à taxa média anual real de 12,5% nos regimes próprios dos muni-

cípios; 5,9% nos dos Estados; 5,1% no do RGPS/INSS; e 3,1% no regime da União. Ou seja, aí está o grande vilão: gasto previdenciário público excessivo, à espera do chamado equacionamento previdenciário ou a zeragem do respectivo passivo atuarial, assunto para outro artigo.

O mesmo gráfico traz também a evolução dos investimentos públicos em infraestrutura somando os grupos, e o relato é idêntico: investimento em infraestrutura em queda real.

A receita para atacar o problema é uma só: criar condições para investir mais em infraestrutura, seja buscando um maior estoque, seja melhorando a qualidade do estoque existente. Segundo estudo de 2010, que foi patrocinado pelo Banco Mundial, para uma amostra gigantesca de

países, ficou comprovado estatisticamente que tanto mais ou melhor infraestrutura, maior a taxa de crescimento do PIB per capita dos países considerados.

Por último, para completar a análise, cabe destacar o surgimento de um item de enorme dimensão na estrutura do gasto primário federal, algo que agora se costuma chamar de “gastos sociais”, e que vai acirrar ainda mais a competição orçamentária no setor público brasileiro, impensando ainda mais o espaço orçamentário para investir e crescer. Tal item corresponde principalmente a RGPS, RPPS, SPSM, BPC e auxílio-doença, com um elevado peso de fraudes nos dois últimos. Isso passou a exigir bem mais atenção dos dirigentes públicos.